

**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV)
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CLEIDE APARECIDA LEAL DA SILVA

**REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS: UM ESTUDO
DO NÍVEL DE DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)**

**RIO VERDE-GOIÁS
2016**

CLEIDE APARECIDA LEAL DA SILVA

**REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS: UM ESTUDO
DO NÍVEL DE DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV) como exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Rafael Crisóstomo Alves

**RIO VERDE-GOIÁS
2016**

SILVA, Cleide Aparecida Leal da

Redução ao valor recuperável de ativos: um estudo do nível de divulgação conforme CPC 01 (R1). / Cleide Aparecida Leal da Silva. - 2016.

52f.

Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação) para obtenção do título em Bacharel em Contabilidade apresentado à Universidade de Rio Verde - UniRV, Faculdade de Ciências Contábeis, 2016.

Orientador: Prof. Esp. Rafael Crisóstomo Alves

1. Recuperabilidade. 2. *Impairment Test*. 3. Evidenciação.

CLEIDE APARECIDA LEAL DA SILVA

**REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS: UM
ESTUDO DO NÍVEL DE DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)**

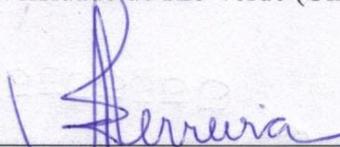
Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado a Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Rio Verde, GO, 21 de novembro de 2016

BANCA EXAMINADORA



Prof. Esp. Rafael Crisóstomo Alves
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Esp. Adriane Gomes Ferreira
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Esp. Leonardo Antônio Rodrigues
Universidade de Rio Verde (UniRV)

Dedico este trabalho a toda minha família, em especial a minha mãe Clarice Tereza e ao meu pai Cledinei, que sempre colaboraram para meu crescimento pessoal e profissional, a todos os meus colegas de classe que se fizeram presente em toda esta jornada e ao meu orientador Rafael Crisóstomo Alves pela competência e comprometimento.

AGRADECIMENTOS

Em um primeiro momento, a Deus, por ter me permitido concluir mais essa etapa de minha caminhada.

Aos meus pais, Clarice Tereza e Cledinei, que a todo momento estiveram me apoiando nas horas difíceis, fortalecendo-me e motivando para sempre seguir em frente nos meus objetivos, pois isso foi de grande importância.

Não posso deixar de citar meus irmãos Cristiano e Claudinei que também se fizeram presentes a todo o momento.

A todos os professores que me proporcionaram conhecimento, e em especial ao meu orientador Rafael Crisóstomo Alves, que teve grande contribuição para minha formação.

E a todos os meus amigos que me deram suporte para continuar, compartilharam dificuldades, e fizeram parte do meu crescimento. A vocês todos, meu sincero agradecimento.

*Pesada ou querida, Viver é lutar.
Se o duro combate, Os fracos abate, Aos
fortes, aos bravos, Só pode exaltar.*
Goncalves Dias

RESUMO

Com a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e à promulgação da Lei 11.638, em 28 de dezembro de 2007, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) passou a atuar na emissão de pronunciamentos em consonância com as normas internacionais publicadas (GUIMARÃES, 2011). Dentre as normas emitidas, pelo órgão brasileiro, tem-se o Pronunciamento Técnico nº 01 que trata sobre a redução ao valor recuperável de ativos. Este trabalho objetivou identificar o nível de cumprimento das exigências referente à divulgação conforme o referido pronunciamento, nas companhias registradas no setor econômico de Consumo Não Cíclico, subsetor de Agropecuária, no segmento da Agricultura, conforme classificação da BM&FBOVESPA. Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracterizou-se como descritiva, de caráter bibliográfico e documental, com abordagem dedutiva, e técnica de coleta de dados indireta. Foram analisadas demonstrações divulgadas entre 2011 a 2015 pelas empresas, observando os critérios de divulgação dispostos no CPC 01. Observou-se que o item mais divulgado fora o quesito de número 1 - A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido, com 100% de divulgação, sendo evidenciado por todas as empresas. Porém, nenhuma empresa conseguiu atingir 50 % de divulgação, a empresa que teve o maior índice foi a Vanguarda Agro com 23,75%, o que leva a constatação de que além de não ter ocorrido evolução na divulgação as empresas estão muito longe de atingir um índice satisfatório.

Palavras-chave: Recuperabilidade. *Impairment Test*. Evidenciação.

ABSTRACT

With the convergence with International Accounting Standards and the enactment of Law 11,638, on December 28, 2007, the Accounting Pronouncements Committee (CPC) has been acting in the issuance of statements in accordance with published international standards (Guimarães, 2011). Among the rules issued by the Brazilian agency, has Technical Pronouncement No. 01 that deals with the impairment of assets. This study aimed to identify the level of compliance with the requirements concerning the disclosure according to this pronouncement, the listed companies in the economic sector consumption Non Cyclical, subsector of Agriculture, in the segment of Agriculture, according to the BM & FBOVESPA classification. Regarding the methodological procedures, the research was characterized as descriptive, bibliographic and documentary character, with deductive approach, and indirect data collection technique. published statements were analyzed between 2011 to 2015 by companies, observing the disclosure criteria contained in CPC 01. It was observed that the most publicized item out of Question 1 - The entity has shown the amount of the impairment loss that was recognized with 100% disclosure is evidenced by all companies. However, no company managed to achieve 50% disclosure, the company that had the highest rate outside Agro Vanguard with 23.75%, which leads to the realization that in addition to not have been developments in disclosure companies are far from reaching a satisfactory rate.

Keywords: Recoverability. Impairment Test. Disclosure.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Contabilização da perda por <i>Impairment Test</i>	19
QUADRO 2 - Amostra da pesquisa	23
QUADRO 3 - Quesitos para análise.....	24
QUADRO 4 - Percentual de divulgação dos quesitos por ano.....	30

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Quesitos por empresa – Renar Maças S/A	26
GRÁFICO 2 - Quesitos por empresa – SLC Agrícola S/A	27
GRÁFICO 3 - Quesitos por empresa – Vanguarda Agro S/A.....	28
GRÁFICO 4 - Ranking divulgação	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL.....	14
2.2 <i>IMPAIRMENT TEST</i> OU TESTE DE RECUPERABILIDADE.....	15
2.2.1 Reconhecimento e Mensuração do Valor Recuperável	16
2.2.2 Perda por Desvalorização/Reversão de Perda por Desvalorização.....	18
2.2.3 Procedimentos Contábeis acerca do Valor Recuperável de Ativos	18
2.3 DIVULGAÇÃO DA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	20
3 PROCEDER METODOLÓGICO	22
4 ORGANIZAÇÃO E MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS	23
4.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA	23
4.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	23
5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	26
5.1 ANÁLISE DAS EVIDENCIAÇÕES POR EMPRESA	26
6 LIMITADORES DA PESQUISA	32
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICE	37

1 INTRODUÇÃO

A globalização trouxe a abertura da economia brasileira para o exterior, pois colocou as empresas em contato direto com economias e investidores de outros países, em contraponto, a diversidade das práticas contábeis adotadas entre eles dificultava a troca de informações, e provocava uma preocupação de convergir às normas contábeis brasileiras às normas internacionais (GUIMARÃES, 2014).

Essa convergência teve início com a promulgação da Lei 11.638, em 28 de dezembro de 2007, em que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), passou a atuar na emissão de pronunciamentos contábeis em consonância com as normas internacionais publicadas (GUIMARÃES, 2011).

Dentre as normas emitidas, pelo órgão brasileiro, têm-se o Pronunciamento Técnico nº 01 que trata sobre a redução ao valor recuperável de ativos; em que além de identificar a desvalorização de um ativo, reconhecer e mensurar seu valor recuperável, também dispõe sobre como devem ser divulgadas todas as informações pertinentes ao *Impairment Test* ou Teste de Recuperabilidade apontadas no texto normativo.

Diante do exposto, surge a seguinte problemática: “Qual o nível de cumprimento das exigências referente à divulgação da Redução ao Valor Recuperável de Ativos, conforme CPC 01 (R1) (2010)”?

Para responder ao problema de pesquisa, o estudo teve como objetivo geral analisar a evolução do cumprimento das exigências quanto à divulgação da Redução ao Valor Recuperável de Ativos, conforme CPC 01 (R1) (2010).

Para confirmação do objetivo geral deste estudo foram adotados os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade;
- b) Conceituar o Teste de Recuperabilidade;
- c) Relatar sobre o procedimento de reconhecimento e mensuração do valor recuperável;
- d) Apresentar como é feita reversão de uma perda por desvalorização;
- e) Demonstrar acerca dos procedimentos contábeis do *Impairment Test*.

f) Descrever as exigências de divulgação de acordo com o CPC 01 (R1), quanto à evidenciação de questões relacionadas ao Valor Recuperável de ativos.

Diante dos objetivos supramencionados Guimarães (2014) informa que com a convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), passou a atuar na emissão de pronunciamentos contábeis (GUIMARÃES, 2014).

Dentre as normas emitidas por esse órgão têm-se o CPC 01 (R1) (2010), que foi introduzido juntamente com a Lei 11.638/2007. O Pronunciamento Técnico nº 01 trata sobre a redução ao valor recuperável de ativos, em que se demonstra como identificar a desvalorização de um ativo, reconhecer e mensurar seu valor recuperável bem como os procedimentos contábeis utilizados na sua contabilização.

O pronunciamento supracitado está intimamente ligado aos benefícios futuros que os ativos podem gerar à empresa se estiverem registrados e divulgados de maneira apropriada.

Iudícibus e Marion (2000) informam que a compreensibilidade é um dos itens necessários para os demonstrativos contábeis, pois são baseados nestes relatórios que, diretores e executivos, realizam os processos decisórios de uma empresa.

Desta forma, este trabalho demonstrou que a divulgação da redução ao valor recuperável de ativos contribui de forma significativa com o usuário e toda a sociedade porque promove transparência das informações evidenciadas e proporciona condições de avaliação nas tomadas de decisão.

Para mais ofereceu ao ambiente acadêmico, uma nova fonte de pesquisa como base bibliográfica e material de pesquisa, além de deixar abertura para vários estudos que, posteriormente, podem ser feitos no sentido de demonstrar a evolução e o cumprimento do que determina todos os CPC.

Por fim tem como diferencial, a análise de como está a evolução da divulgação das informações contábeis de acordo com as exigências do normativo CPC 01 (R1).

Além deste capítulo introdutório, relacionado ao problema e sua contextualização, objetivos e justificativa; no segundo capítulo aborda-se o referencial teórico, em que são detalhados e desenvolvidos os temas propostos, posteriormente no terceiro e quarto capítulos são apresentados a metodologia de pesquisa e os instrumentos adotados na coleta de dados, destacando todos os métodos científicos utilizados para desenvolver o estudo; em seguida, no

quinto capítulo, serão detalhados os resultados, para demonstrar a resolução da problemática apresentada; seguido pelo sexto capítulo onde se destacam os limitadores da pesquisa, e por fim, o sétimo capítulo traz as considerações finais, com as últimas exposições e seus respectivos entendimentos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse tópico será abordado como se deu o processo de Convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil, dos principais conceitos sobre a redução ao valor recuperável de ativos; os procedimentos de reconhecimento e reversão de uma perda por desvalorização, bem como a apresentação das exigências de divulgação de acordo como CPC 01 (R1), e que demonstra sua aplicabilidade.

2.1 CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO BRASIL

Com a promulgação da Lei 11.638/2007, teve-se início a convergência às normas internacionais no Brasil que determinou a adoção dos padrões internacionais ao normativo brasileiro de Contabilidade (SHIMAMOTO; REIS, 2010).

Ainda de acordo com o autor, o processo de convergência nada mais é do que a alteração das normas contábeis brasileiras com a adoção gradativa dos padrões emitidos pela IASB (*International Accounting Standard Board*), conhecidos como IFRS (*International Finance Report Standard*), que estão sendo adotados por mais de 100 países. O autor, ainda expõe que as normas emitidas pela IASB priorizam a essência sobre a forma, em que se prevalece à essência econômica sobre a forma jurídica, com o objetivo de se manter a transparência para com o investidor.

A partir desse processo de harmonização, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da resolução CFC nº 1.055/2005, passou a atuar juntamente com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na emissão de textos legais e ajustar os procedimentos contábeis brasileiros. O comitê tem por objetivo estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos de acordo com os procedimentos da contabilidade internacional (SHIMAMOTO; REIS, 2010).

Dentre as principais alterações provocadas pela Lei nº 11.638/2007, pode-se destacar a obrigatoriedade de efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e ativo intangível, conhecido como *Impairment Test*, ou Teste de Recuperabilidade, o qual é regido pelo Pronunciamento Técnico nº 01 de 2010.

Santos (2008) cita que o *Impairment Test* já era praticado de forma incauta para alguns ativos como estoque, quando se mensurava seu valor em uso ou mercado dos dois, o menor, e para contas a receber quando era reconhecida uma provisão de devedores duvidosos.

O normativo CPC 01 (R1) (2010) mostra como identificar um item desvalorizado, os procedimentos de reconhecimento, mensuração e reversão de uma perda por desvalorização, bem como as exigências de divulgação, assuntos esses, discutidos detalhadamente nos tópicos seguintes.

2.2 *IMPAIRMENT TEST* OU TESTE DE RECUPERABILIDADE

Ferrarezi e Smith (2008) apontam que *Impairment* é uma palavra de origem inglesa que significa “deterioração”, porém para a Contabilidade trata-se da redução ao valor recuperável de um ativo, seja ele um ativo isolado ou uma unidade geradora de caixa. O CPC 01 (R1) (2010) demonstra que o valor recuperável é determinado para um ativo isolado, a menos que o ativo não gere entradas de caixa provenientes de seu uso contínuo; se esse for o caso, o valor recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Entende-se como unidade geradora de caixa o menor grupo identificável de ativos que gerem entradas de caixa resultante de seu uso contínuo.

Silva et al. (2006) ensinam que *Impairment* é um instrumento utilizado para ajustar o ativo a sua real capacidade de retorno econômico, sendo aplicado em ativos fixos (ativo imobilizado), ativos de vida útil indefinida (*goodwill*), ativos disponíveis para venda, investimentos em operações descontinuadas.

Este procedimento foi introduzido no Brasil pelo FASB (*Financial Accounting Standards Board*) e IASB (*International Accounting Standard Board*), normatizado através do CPC 01 que trata sobre “Redução ao valor recuperável de Ativos”, instituído em 2007 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela deliberação 527/07.

O *Impairment Test* ou Teste de Recuperabilidade está ligado ao princípio fundamental de que os Demonstrativos Financeiros produzidos pela contabilidade das empresas devem evidenciar a real situação econômica e financeira das mesmas.

Partindo deste pressuposto, Iudícibus et al. (2010) reforçam que uma das regras mais fundamentais da Contabilidade, é que nenhum ativo pode ficar registrado contabilmente por

mais do que vale, ou seja, valor superior àquele passível de recuperação pela sua venda ou seu uso.

De acordo com o CPC 01 (R1) (2010) o *Impairment Test* deverá ser realizado quando houver indicação de desvalorização dos ativos ao se identificar, através de evidências claras, de que ativos estão avaliados por valores não recuperáveis no futuro, a entidade deve imediatamente reconhecer essa desvalorização por meio da constituição de provisão de perdas (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2009).

Carvalho (2011) informa que o teste de recuperabilidade deve ser aplicado para ativos do imobilizado e intangível, não se aplicando a alguns itens do ativo como: ativos circulantes, não circulantes descontinuados e mantidos para a venda, estoques, aplicações financeiros e ativos biológicos.

Desta forma, Souza, Borba e Dutra (2008) dispõem que o *Impairment Test* visa mensurar a capacidade de retorno financeiro dos ativos de longa duração (permanentes), e permite adequar a capacidade de geração de benefícios, que o bem possui, ao seu valor contábil.

2.2.1 Reconhecimento e Mensuração do Valor Recuperável

No que concerne a mensuração, o CPC 01 (R1) (2010) informa que mensurar consiste em atribuir valores monetários aos ativos de uma entidade, utilizando-se, para essa atribuição, o cálculo do *Impairment Test*. O normativo dispõe que se o valor contábil exceder ao valor recuperável, deve ser reconhecida a perda por *Impairment* em suas demonstrações.

O valor recuperável de um ativo é definido como o maior valor entre o valor líquido de venda e o seu valor em uso, logo, o valor líquido é o montante obtido em negociação, e o valor em uso é o valor futuro estimado dos fluxos de caixas que devem resultar do ativo em seu emprego ou uso nas operações da entidade (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Ao se tratar de valor líquido de venda o CPC 01 (R1) (2010) informa que é o valor justo do bem menos o custo para vendê-lo. Sendo assim o valor a ser obtido pela venda de um ativo, ou de unidade geradora, menos as despesas de vendas a ele relacionadas, define ainda que valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados que a entidade espera obter com o uso de um ativo ou unidade geradora de caixa.

De acordo com o Pronunciamento Técnico nº 01 (R1) (2010), o valor recuperável de um bem, pode ser mensurado de duas maneiras: através do seu valor líquido de venda, que se refere ao montante obtido pela venda de um ativo, retirando-se as despesas com a venda; e através do valor líquido de uso que corresponde ao valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, resultante do uso de um ativo. De acordo com Niyama e Silva (2011), o valor em uso corresponde à riqueza gerada por um ativo decorrente do seu uso na empresa.

Segundo o CPC 01 (R1) (2010) a entidade deve avaliar ao menos uma vez por ano, se existem indicações de que seus ativos ou conjunto de ativos perderam seu valor econômico, se houver alguma indicação, deve-se calcular o seu valor recuperável. Para isso, faz-se necessário observar algumas indicações que devem ser consideradas como referências dessa perda de valor, tais indicações podem ser medidas por meio de fatores externos e internos.

Dentre os indicadores externos apontados pelo CPC 01 (R1) (2010), ressalta-se: se o valor do ativo diminuiu significativamente como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; se ocorreram mudanças expressivas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual a empresa opera; se os juros de mercado aumentaram a ponto de afetarem a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso do ativo, diminui seu valor recuperável e ainda se o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado.

Como fontes de informações internas, podem ser observadas as evidências que comprovem se o ativo sofreu redução da vida útil ou de dano físico de um ativo; mudanças significativas referentes ao uso do ativo; indicação de queda superior ao esperado no desempenho econômico do ativo proveniente de relatório, bem como gastos excessivos com manutenção (CPC 01 (R1), 2010).

Confirmada a existência de desvalorização do ativo é necessário o levantamento de seu valor recuperável (MENDES, 2011). Para tal, determina-se o valor líquido de venda, menos as despesas estimadas de venda. As despesas de venda ou de baixa são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda ou à baixa de um ativo, excluindo as despesas financeiras e de impostos sobre o resultado gerado (BRAGA; ALMEIDA, 2008). Ao se estimar o valor recuperável dos ativos e compará-lo com seu valor contábil pode-se verificar se existe parcela não recuperável.

2.2.2 Perda por Desvalorização/Reversão de Perda por Desvalorização

A perda por redução no valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo, expresso no Balanço Patrimonial, pelo seu custo de aquisição, subtraído da depreciação acumulada até então constituída, excede seu valor recuperável determinado através do Teste de Recuperabilidade. Desta forma, a empresa deve reconhecer a perda por desvalorização de um ativo no resultado do período apenas se o valor contábil for superior ao seu valor recuperável (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Portanto, verifica-se que, caso o valor contábil do ativo seja inferior ao valor recuperável, não existe perda a ser reconhecida (IUDÍCIBUS et al., 2010).

2.2.3 Procedimentos Contábeis acerca do Valor Recuperável de Ativos

De acordo com a Resolução do CFC nº 785, de 28 de julho de 1995, revogada pela Resolução CFC nº 1.121/2008, de 01 de abril de 2008, as informações geradas pela contabilidade devem proporcionar, aos seus usuários, fundamentação segura para a tomada de decisão, através da compreensão do real estado da entidade, dos riscos e oportunidades que a mesma pode oferecer. Neste sentido, a informação contábil, contida nas demonstrações, deve revelar as mutações sofridas pelo patrimônio de forma a demonstrar os atributos de: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade conforme demonstra o Normativo CPC 00 (R1) (2011).

A fim de que a informação contábil represente fielmente a transação e outros eventos que ela tem finalidade de representar, é necessário que os eventos sejam contabilizados e as informações sejam apresentadas de acordo com a substância e realidade econômica, e não meramente com sua forma legal (IUDÍCIBUS; MARION; FARIA, 2009, p.98).

Destarte, os procedimentos contábeis devem acontecer e representar a veracidade dos fatos presentes em todos os elementos contabilizados, inclusive a redução do valor recuperável dos ativos, informando a perda de valor econômico dos mesmos. Esta perda pode ser verificada através da aplicação do Teste de *Impairment* que, conforme Oda (2013) pode ser aplicado de duas formas: através do valor em uso do ativo ou através do valor justo líquido. Após a determinação do método e identificação do valor recuperável deve-se

compará-lo ao valor contábil, se o valor recuperável for maior que o seu valor contábil não será necessário nenhum registro.

Porém, se o resultado for o inverso a empresa deve efetuar um ajuste debitando uma conta de Despesa de Perda por Desvalorização e creditando em uma conta redutora no ativo.

QUADRO 1 - Contabilização da perda por *Impairment Test*

Valor contábil maior que o valor recuperável	Registra-se a perda	D – Despesas de Perdas por Desvalorização C – Prov. Perdas (ativo)
Valor contábil menor que o valor recuperável	Não há registro contábil	***

Fonte: Adaptado do CPC 01 (R1) (2010).

Conforme se verifica no Quadro, é importante ressaltar que a perda somente será registrada se o valor contábil exceder ao seu valor recuperável, caso o valor contábil do bem, seja inferior, não é necessário qualquer outra atitude, conforme aponta Baesso et al. (2008).

Desta feita, o *Impairment* só acontece nas situações em que o valor contábil é maior do que o valor dos fluxos de caixa futuros. Se houver redução dos benefícios futuros, mas se os fluxos de caixa não descontados forem superiores ao valor contábil do ativo, não há que se falar em Teste de Recuperabilidade de Ativos nem contabilização a fazer, apenas é contabilizado a desvalorização do ativo (BAESSO et al., 2008).

O CPC 01 (R1) (2010) ainda orienta a possibilidade de reversão de perdas reconhecidas em períodos anteriores, onde prevê que a entidade deve avaliar se existe a possibilidade de perdas por desvalorização reconhecidas em períodos anteriores terem diminuído ou deixado de existir, em caso afirmativo deve-se estimar o valor recuperável do ativo, podendo o valor ser revertido total ou parcialmente, exceto para o ágio pago por expectativa de resultado futuro (*goodwill*).

Magalhães, Santos e Costa (2009) citam que devem ser levados em consideração, na verificação da possibilidade de reversão de perdas reconhecidas em períodos anteriores aos mesmos fatores, antes utilizados para a análise da existência ou não, de perda por *Impairment*.

O CPC 01 (R1) (2010) esclarece que a reversão de uma perda por desvalorização, deve ser reconhecida de formas diferentes para cada tipo de ativo. Quando se trata de um ativo individual o normativo supramencionado informa que a perda deve ser reconhecida no resultado do período e se o ativo for reavaliado deve ser tratada como aumento de reavaliação.

Para uma unidade geradora de caixa, a perda deve ser alocada aos ativos da unidade, proporcionalmente ao seu valor contábil, estes devem ser tratados como reversão de perdas por desvalorização.

Desta forma, o Pronunciamento Técnico nº 01 (R1) (2010) deixa explícito as formas de se reconhecer a reversão da perda por *Impairment* para cada tipo de ativo, de acordo com suas especificidades.

2.3 DIVULGAÇÃO DA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Hendriksen e Van Breda (1999) assinalam que a divulgação deve oferecer informação útil, tanto para investidores e credores atuais como futuros, para que possam ser tomadas decisões racionais acerca de investimento, concessão de crédito e etc., tal como para outros usuários.

De acordo com Iudícibus, Marion e Faria (2009), a Contabilidade tem como objetivo fornecer informações de cunho econômico e financeiro aos usuários internos e externos, em quantidade e qualidade suficientes para atender as necessidades dos usuários das demonstrações contábeis.

O Pronunciamento Técnico nº 01 (R1) (2010) ainda esclarece que as informações divulgadas pela entidade devem permitir ao usuário entender as circunstâncias em que a perda pela Redução do valor Recuperável de Ativos aconteceu. Como igualmente, a base de cálculo que foi utilizada para se calcular o valor recuperável.

Nessa perspectiva o CPC 01 (R1) (2010) prevê exigências para que essas informações sejam divulgadas. Para este estudo foram analisadas as seguintes determinações:

- a) O montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas;
- b) O montante das reversões de perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram incluídas;
- c) O montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período; e
- d) O montante das reversões das perdas por desvalorização de ativos reavaliados (CPC 01 (R1), 2010, p.32).

O CPC 01 (R1) (2010) ainda mostra, os critérios para a divulgação de perdas por desvalorização ou reversão para um ativo individual ou para uma unidade geradora de caixa.

- a) Os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização;
- b) O montante da perda por desvalorização reconhecida ou revertida;
- c) Para um ativo individual:
 - i. A natureza do ativo;
- d) Para uma unidade geradora de caixa:
 - i. Uma descrição da unidade geradora de caixa[...];
 - ii. O montante da perda por desvalorização reconhecida ou revertida por classe de ativos [...].
- e) O valor recuperável do ativo (unidade geradora de caixa) e se o valor recuperável do ativo [...] é seu valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso;
- f) Se o valor recuperável for o valor justo líquido de despesas de alienação, a entidade deve divulgar as seguintes informações:
 - i. O nível da hierarquia do valor [...] dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada em sua totalidade [...];
 - ii. Para a mensuração do valor justo [...] a descrição da técnica de avaliação usada para mensurar o valor justo menos as despesas de alienação;
 - iii. Para a mensuração do valor justo [...] cada pressuposto-chave em que a gerência baseou a sua determinação do valor justo menos as despesas de alienação.
- g) Se o valor recuperável for o valor em uso, a taxa de desconto utilizada na estimativa corrente e na estimativa anterior (se houver) do valor em uso (CPC 01 (R1), 2010, p.33 e 34).

Dentre as condições apontadas pelo Pronunciamento Técnico nº 01 (R1) em relação à divulgação, apenas estas serão abordadas como fonte de análise para o presente estudo.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

Gil (2008) define método como sendo o caminho para se chegar a determinado fim, e método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.

O mesmo autor ainda contribui dizendo que a metodologia científica é um conjunto de técnicas e processos que são utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento de maneira sistemática.

Gil (2010) orienta que as pesquisas científicas podem ser classificadas quanto aos Objetivos; quanto aos Procedimentos; quanto ao Método de Abordagem e quanto as Técnicas de Coleta de Dados.

Relacionado aos objetivos o método aplicado foi o descritivo, leva-se em consideração que o estudo analisou a evolução da divulgação nas empresas, de acordo com o que determina o Pronunciamento Técnico 01 (R1), sem interferir nos dados analisados.

Quanto aos procedimentos utilizados o estudo adotou a Pesquisa Bibliográfica e Documental, visto que teve como base a análise de artigos e bibliografias já existentes, bem como demonstrativos divulgados pelas empresas.

Ao se tratar da abordagem do problema a metodologia adotada para esta pesquisa, foi o método dedutivo, uma vez que partiu de teorias e leis já existentes.

Por fim, como técnica de coleta de dados, foi usada a documentação indireta, por ser um estudo bibliográfico - documental.

4 ORGANIZAÇÃO E MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS

4.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

Diante da problemática apresentada, a amostra dessa pesquisa contemplou 3 empresas registradas no setor econômico de Consumo Não Cíclico, subsetor de Agropecuária, no segmento da Agricultura, conforme classificação da BM&FBOVESPA. Sendo selecionada de forma intencional e não probabilística. No quadro 2 apresenta-se a amostra que foi explorada neste estudo.

QUADRO 2 - Amostra da pesquisa

ORDEM	EMPRESA
1	RENAR MACAS S/A
2	SLC AGRICOLA S/A
3	VANGUARDA AGRO S/A

Fonte: Adaptado do sítio BM&FBovespa (2016).

A amostra analisada neste estudo fora consultada no sítio da BM&FBOVESPA em 02/05/2016 às 22:10h.

4.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Com o intuito de alcançar o propósito do estudo, fora feito um levantamento de dados através das demonstrações divulgadas entre 2011 à 2015 pelas empresas classificadas no Setor de Agricultura da BM&FBOVESPA que fazem parte da amostra estudada.

Para responder ao problema de pesquisa foram usadas as técnicas de Análise de Conteúdo e Sistema Binário.

A análise de conteúdo é um método onde se examina dados através de um conjunto de técnicas, das quais o pesquisador deve ter clareza, pois é através da aplicação destes métodos, que a classificação dos conceitos, a codificação e a categorização do conteúdo são feitos, são procedimentos indispensáveis na utilização da análise de conteúdo (TRIVIÑOS, 1987 apud BEUREN, 2014).

Beuren (2014) informa ainda que a análise de conteúdo caracteriza-se como um método de investigação do conteúdo simbólico das mensagens.

Quanto à quantificação do nível de divulgação, foi utilizado o Sistema Binário, que segundo Almeida (2013), é composto de dois números: 0 e 1, no qual o número 1 representa “SIM” e o número 0 representa “NÃO”.

Desta maneira, a cada quesito divulgado foi atribuído o peso “1”, e para aquele não divulgado será atribuído o valor “0”.

No quadro 3, estão listados os quesitos que foram analisados por meio deste estudo, observando-se o que disciplina o CPC 01 (R1) (2010), com relação à divulgação da redução ao valor recuperável dos ativos.

QUADRO 3 - Quesitos para análise

QUESITO	DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)
1	A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido?
2	Foi demonstrada a linha da DRE em que a perda por desvalorização foi incluída?
3	Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização?
4	Divulgou-se o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes?
5	Demonstrou-se o montante das perdas por desvalorização de ativos reavaliados?
6	Foi divulgado pela entidade os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização?
7	Divulgou-se a linha da DRE onde as reversões foram incluídas?
8	A entidade demonstrou montante das reversões de perdas por desvalorização de ativos reavaliados?
9	A empresa divulgou os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou a reversão da perda por desvalorização?
10	A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida?
11	Em se tratando de um ativo individual, foi divulgada pela empresa qual a natureza do ativo?
12	Em se tratando de unidade geradora de caixa, foi divulgada a descrição da unidade de caixa?
13	A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso?
14	Em se tratando do valor recuperável ser o valor justo líquido, foi demonstrado

	pela empresa à hierarquia do ativo e a descrição técnica de avaliação usada em sua mensuração?
15	A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo?
16	A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso?

Fonte: Adaptado do CPC 01 (R1) (2010).

A partir dos quesitos listados no quadro 3, pode-se avaliar a conformidade da divulgação com relação aos itens apresentados, em cada uma das empresas apresentadas na amostra da pesquisa. O nível de divulgação fora apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Nível de Divulgação} = \frac{\text{Total de quesitos divulgados pela empresa}}{\text{Total de quesitos máximos de divulgação}} \times 100$$

Posteriormente, os dados foram analisados de forma estruturada no Microsoft Office Excel e, em seguida, foram construídas tabelas para uma melhor visualização e entendimento dos resultados apresentados.

O nível de divulgação, por parte das empresas, foi medido através de um Ranking, e demonstrou o quanto das informações exigidas, conforme CPC 01(R1), estavam sendo divulgadas.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Durante a realização desta, utilizou-se, para a coleta de dados, as Demonstrações Financeiras Padronizadas, que estão disponibilizadas no sítio da BM&FBOVESPA e/ou divulgadas nos sítios das empresas.

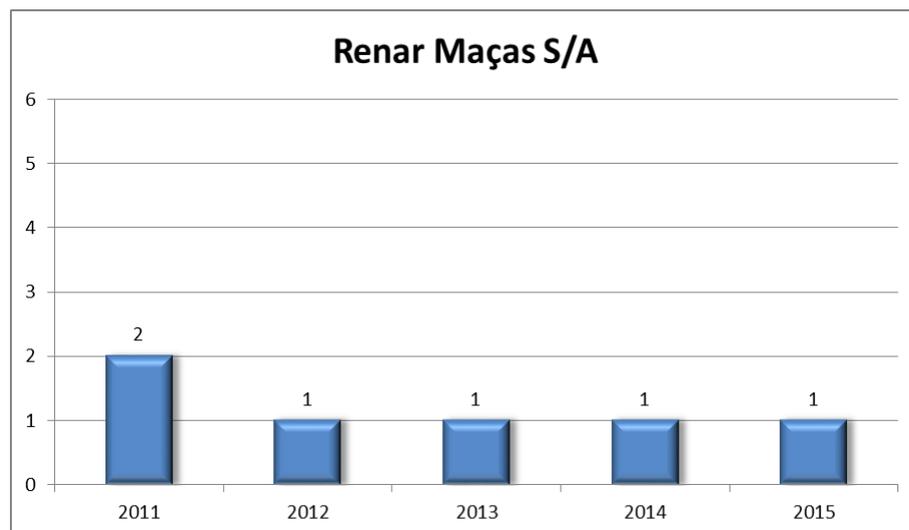
Os acessos foram realizados entre os meses de agosto a outubro de 2016, usando como fator motivador a verificação do nível de divulgação conforme CPC 01 (R1) da Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

5.1 ANÁLISE DAS EVIDENCIAÇÕES POR EMPRESA

Após a coleta e análise de dados, foi possível verificar o total de quesitos evidenciados por cada empresa, e em cada ano, em que se fez possível à visualização da evolução da divulgação, conforme cita o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos, no decorrer dos anos de 2011 à 2015.

Para um melhor entendimento foram construídos os Gráficos 1, 2 e 3, em que se pode observar os resultados por empresa de forma clara e objetiva.

GRÁFICO 1 - Quesitos por empresa – Renar Maças S/A



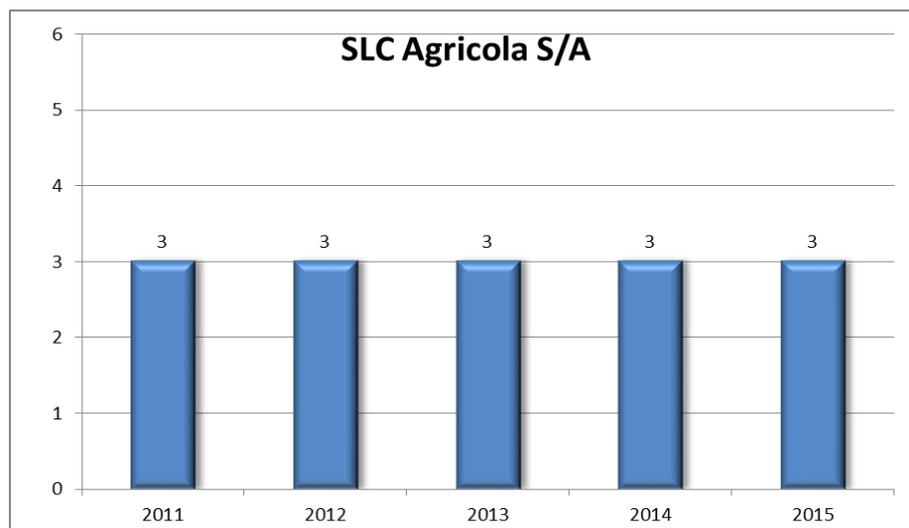
Fonte: Elaborado pela autora (2016).

De acordo com o Gráfico 1, a empresa Renar Maças S/A de um total de 16 quesitos que poderiam ser divulgados, apresentou apenas 2 itens, sendo eles o quesito 1 - O montante da perda por desvalorização que foi reconhecido e o quesito de número 14 - Descrição técnica de avaliação usada para mensuração do valor justo. Através do Gráfico pode-se observar ainda que a empresa divulgou esses dois itens apenas no ano de 2011, nos períodos subsequentes ela divulgou apenas o item 1, o que revela uma retração ao invés de evolução. Em percentual a empresa divulgou apenas 12,5% em 2011 e 6,25% nos demais anos.

A administração da empresa informou em suas notas explicativas, que ainda não implementou os controles internos necessários para mensurar os reflexos da aplicação das exigências do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) que trata da Redução ao Valor Recuperável de Ativos, assim não é possível avaliar a necessidade de haver ajustes para perdas por desvalorização; mas que foram aplicados os procedimentos, e não foi constatado a necessidade do registro de ajustes, uma vez que o valor de uma possível venda do Ativo Imobilizado, ultrapassa o valor contabilizado.

No Gráfico 2, está representado a quantidade de quesitos divulgados pela empresa SLC Agrícola S/A, de um total de 16 quesitos que poderiam ter sido divulgados, a empresa divulgou apenas três itens.

GRÁFICO 2 - Quesitos por empresa – SLC Agrícola S/A



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

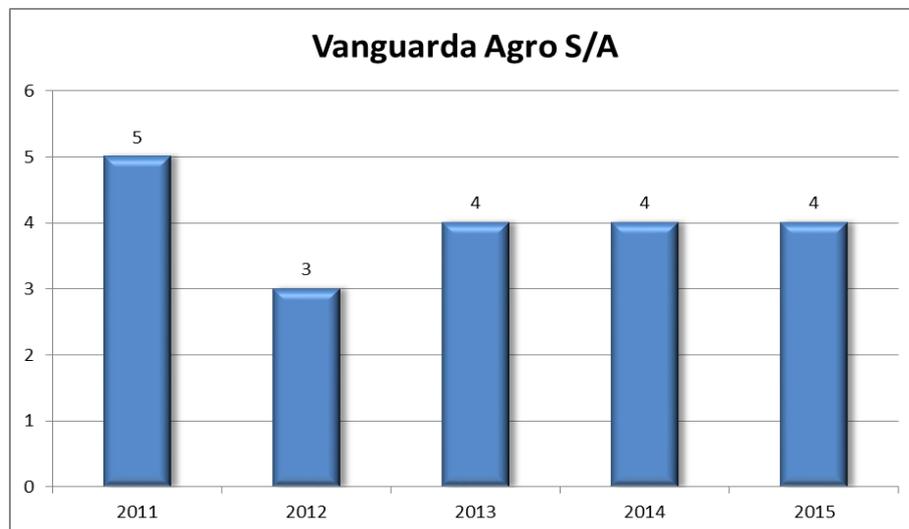
Assim como a Renar Maças S/A, a empresa SLC Agrícola S/A divulgou o quesito 1, e também os itens 13 - Se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso e

o item 16 - Taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso, apresentando um percentual de 18,75% de divulgação. Ao analisar-se a evolução da evidenciação da empresa observa-se que a companhia manteve um padrão de divulgação, sendo assim não houve melhora neste sentido. A empresa informou em todos os relatórios de 2011 a 2015 que nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos, demonstrando apenas como deveria ser feito caso existisse esta necessidade.

No caso da Empresa Vanguarda Agro S/A, observa-se através do Gráfico 3 que houve uma retração em sua divulgação de 2011 para 2012.

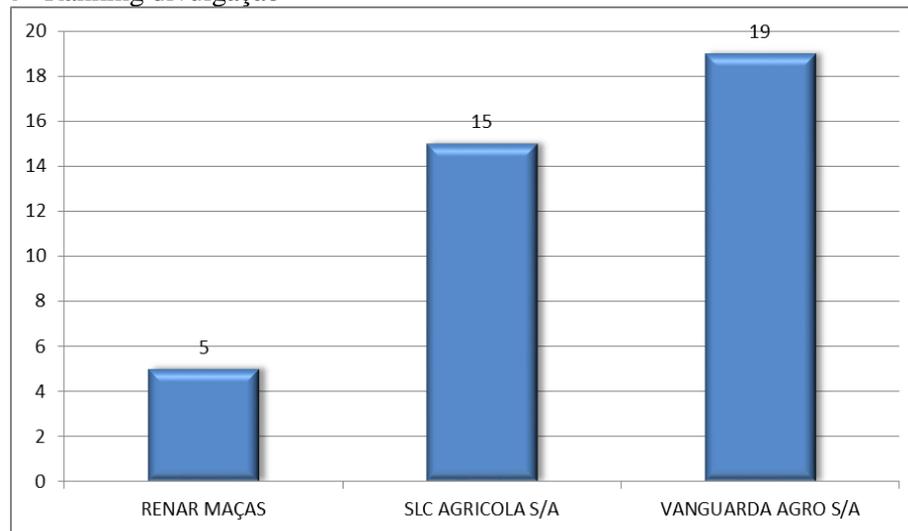
Em 2011 a empresa divulgou 5 quesitos de um total de 16, um percentual de 31,25% de evidenciação, porém em 2012 esse percentual cai para 18,75%, divulgando apenas 3 itens, mas nos períodos subsequentes este cenário melhora, passando à 25% de nível de divulgação. Apesar desta melhora não se pode dizer que a empresa teve evolução em sua evidenciação, pois de 2011 a 2015 a empresa passou de 5 quesitos demonstrados para apenas 4.

GRÁFICO 3 - Quesitos por empresa – Vanguarda Agro S/A



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

A empresa Vanguarda Agro S/A bem como a SLC Agrícola S/A além do os itens 1 ,13 e 16 divulgou quesitos 10 - Montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida e 15 - Pressupostos chaves para a mensuração do valor justo. Para melhor entendimento e apresentação dos resultados, fora construído o Gráfico 4, em que demonstra de forma sucinta os resultados de todas as companhias.

GRÁFICO 4 - Ranking divulgação

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Através do Gráfico 4, nota-se que a empresa Vanguarda Agro S/A, foi a que apresentou maior índice de divulgação, de um total de 80 quesitos, nos 05 (cinco) anos, a empresa demonstrou 19 itens, um percentual de 23,75% de divulgação, logo em seguida vem a SLC Agrícola S/A com 15 itens divulgados de 80 prováveis, ou seja 18,75% de evidenciação, em terceiro lugar a Renar Maças S/A com apenas 5 itens divulgados, ou seja 6,25% de divulgação.

No Quadro 4, foi apresentada de forma sintética o percentual de divulgação por quesito através de pontuação em cada ano.

QUADRO 4 - Percentual de divulgação dos quesitos por ano

Quesitos	Anos				
	2011	2012	2013	2014	2015
1 - A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido?	3	3	3	3	3
2 - Foi demonstrada a linha da DRE em que a perda por desvalorização foi incluída?	0	0	0	0	0
3 - Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização?	1	0	0	0	0
4 - Divulgou-se o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes?	0	0	0	0	0
5 - Demonstrou-se o montante das perdas por desvalorização de ativos reavaliados?	0	0	0	0	0
6 - Foi divulgado pela entidade os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização?	0	0	0	0	0
7 - Divulgou-se a linha da DRE onde as reversões foram incluídas?	0	0	0	0	0
8 - A entidade demonstrou montante das reversões de perdas por desvalorização de ativos reavaliados?	0	0	0	0	0
9 - A empresa divulgou os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou a reversão da perda por desvalorização?	0	0	0	0	0
10 - A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida?	1	0	1	1	1
11 - Em se tratando de um ativo individual, foi divulgada pela empresa qual a natureza do ativo?	0	0	0	0	0
12 - Em se tratando de unidade geradora de caixa, foi divulgada a descrição da unidade de caixa?	0	0	0	0	0
13 - A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso?	2	2	2	2	2
14 - Em se tratando do valor recuperável ser o valor justo líquido, foi demonstrado pela empresa à hierarquia do ativo e a descrição técnica de avaliação usada em sua mensuração?	0	0	0	0	0
15 - A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo?	1	1	1	1	0
16 - A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso?	0	0	0	0	1
TOTAL DE PONTOS ATINGIDOS	8	6	7	7	7
TOTAL DE PONTOS POSSIVEIS	48	48	48	48	48
PERCENTUAL DE DIVULGAÇÃO	16,67%	12,50%	14,58%	14,58%	14,58%

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Percebe-se através dos dados apresentados no quadro 4, que entre os anos de 2011 à 2015 não houve evolução no percentual de divulgação das empresas, passando de 16,67% de divulgação em 2011 para 14,58% em 2015, o que demonstra uma retração no índice de evidenciação.

Dos quesitos analisados o que obteve maior índice de divulgação foi o de número 1 - A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido, sendo divulgado por todas as empresas, 100 % de evidenciação; em segundo lugar está o item de número 13 - A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso, demonstrados por duas empresas com um percentual de 66,67% de divulgação; em 3º lugar vem o quesito 15 - A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo, e o item 10 - A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida, sendo apresentado por uma empresa em apenas 4 anos, demonstrando um índice de 26,67%.

6 LIMITADORES DA PESQUISA

No que diz respeito à limitação da pesquisa, destacam-se a técnica de análise binária, em que apenas é verificado se cada quesito da análise foi divulgado ou não, e não se observa a qualidade da divulgação.

Outro ponto a ser destacado, ainda quanto às limitações, está na subjetividade do pesquisador em que apenas foi considerado como divulgado “Sim” as informações completas e em conformidade com o que preceitua o Normativo CPC 01 (R1). As informações que não estavam completamente de acordo com a métrica adotada foram consideradas “Não”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou demonstrar o nível de divulgação que está sendo feito pelas empresas de acordo com o CPC 01 (R1). Para tanto, foram analisadas as Demonstrações Financeiras Padronizadas disponibilizadas no sítio da BM&FBOVESPA e/ou divulgadas nos sítios das próprias empresas da amostra, entre os períodos de 2011 a 2015.

Pode-se constatar através da análise, que das 15 vezes que os quesitos poderiam ter sido divulgados, o quesito **1 - A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido**, divulgado por todas as companhias em todos os anos com um total de 100% de evidenciação, seguido pelo quesito de número **13 - A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso**, divulgado 10 vezes, ou seja, um índice de 66,67 % de divulgação; seguidos pelo item **10 - A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida** e **15 - A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo**, com índice de 26,67%, ou seja foi evidenciado 4 vezes, o item de número **3 - Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização** e o **16 - A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso**, foram demonstrados apenas uma vez, o que corresponde a 6,66% de evidenciação.

Foi reconhecido que não houve evolução nos índices de divulgação das entidades, sendo que, nenhuma das companhias conseguiu atingir 100% de divulgação. Entre as três empresas, a que mais divulgou foi a Vanguarda Agro S/A com um percentual de 23,75% de divulgação, logo em seguida vem a SLC Agrícola S/A com 18,75% de evidenciação e em terceiro a Renar Maças S/A com 6,25% de divulgação.

Assim sendo, o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa foram atendidos, visto que foram apresentados os conceitos gerais sobre redução ao valor recuperável de ativos e analisados os demonstrativos financeiros e notas explicativas das empresas, e verificou-se o percentual de divulgação das mesmas. Deste modo o problema de pesquisa foi resolvido, pois analisou-se o percentual de divulgação das empresas no que tange o total dos quesitos obrigatórios do CPC 01 (R1) demonstrados nos itens propostos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. *Codificando o alfabeto por meio do sistema de numeração binário*. 57f. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática) – Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/39/TDE-2013-10-23T091949Z-5679/Publico/5524.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.
- BAESSO, R. S.; COSCARELLI, B. V.; RIBEIRO, M. C. V.; SOUZA, A. *Impairment em empresas norte-americanas do setor de telefonia móvel*. In: CONGRESSO USP INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 8, 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos82008/174.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.
- BEUREN, I. M. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2014.
- BM&FBOVESPA. Bolsa de Valores de São Paulo. *Classificação setorial das empresas e fundos negociados na BM&FBovespa*. 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/CiasListadas/Empresas-Listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?Idioma=pt-br>>. Acesso em: 02 maio 2016.
- BRAGA, H. R.; ALMEIDA, M. C. *Mudanças contábeis na lei societária: lei nº 11.638, de 28/12/2007*. São Paulo: Atlas, 2008.
- BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 dez. 2007. Não paginado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 02 mar. 2016.
- CARVALHO, J. C. O. Teste de *Impairment*: seu cliente está em dia com as obrigações acessórias? *Jornal CRC*, Rio de Janeiro, p. 14, jan./fev. 2011. Disponível em: <http://www.crcsc.org.br/arquivosSGC/PALESTRA_20110526172741Apostila20Impairment.pdf/download>. Acesso em: 14 abr. 2016.
- CFC. Conselho Federal de Contabilidade. *Pronunciamento técnico CPC 01 (R1)*. Redução ao Valor Recuperável de Ativos. 2010. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/27_CPC_01_R1_rev%2008.pdf>. Acesso em: 05 set. 2016.
- _____. *Resolução CFC Nº 1.121/08, de 01 de abril de 2008*. Aprova a NBC T 1 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1121_2008.htm>. Acesso em: 01 mar. 2016.

_____. *Resolução CFC Nº 785/95, de 28 de julho de 1995*. Aprova a NBC T 1 - Das Características da Informação Contábil. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res785.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

_____. *Pronunciamento técnico CPC 00 (R1)*. Comitê De Pronunciamentos Contábeis. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. 2011. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 05 set. 2016.

FERRAREZI, M. A. D. O.; SMITH, M. S. J. *Impairment - Conceitos iniciais e seu impacto pelo valor de mercado: Estudo de Caso de uma Sociedade Ltda. da Cidade de Franca*. In: IX Encontro de Pesquisadores e II Fórum de Estudos Multidisciplinares, Franca: FACEF, 2008. 12p. Disponível em: <<file:///C:/Users/fernanda/Downloads/Impairment.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

GIL, A. C. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, F. *Convergência às normas internacionais de contabilidade: uma obrigatoriedade que alcança a todas as empresas*. CRCPR - Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, Curitiba, maio 2011. Disponível em: <<http://www.crcpr.org.br/new/content/diaDia/anterior.php?id=445>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

GUIMARÃES, M. E. S. *Convergência às normas internacionais de contabilidade e globalização*. 2014. Disponível em: <<http://www.cienciascontabeis.com.br/convergencia-normas-internacionais-de-contabilidade-e-globalizacao/>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. *Introdução à teoria da contabilidade*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____.; _____.; FARIA, A. C. *Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação com alterações da lei nº 11.638/07*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____.; MARTINS, E.; GELBECKE, E. R.; SANTOS, A. *Manual de contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades*. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAGALHÃES, F. A. S.; SANTOS, R. C.; COSTA; F. M. *IAS 36: redução ao valor recuperável de ativos. Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras*. Ernst&Young, FIPECAFI. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDES, W. *Ativo imobilizado (CPC 27) e ativo intangível (CPC 04)*. São Paulo: IOB, 2011.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. *Teoria da contabilidade*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ODA, G. Teste de impairment: como fazer, como contabilizar, aspectos fiscais e divulgação. *AfixCode - Patrimônio & Avaliações*, 2013. Disponível em: <<http://www.afixcode.com.br/teste-de-impairment-como-fazer-como-contabilizar-aspectos-fiscais-e-divulgacao/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

SANTOS, A. *A nova lei das S/A e a internacionalização da contabilidade: ativo imobilizado - teste de recuperabilidade*. 2008. Disponível em: <<http://slideplayer.com.br/slide/3423021/>>. Acesso em: 12 set. 2015.

SHIMAMOTO, L. S.; REIS, L. G. Convergência às normas internacionais de contabilidade: uma análise sob a perspectiva dos profissionais contabilistas. *Revista de Estudo Contábeis*, Londrina, v.1, n.1, p. 90-95, jul./dez. 2010.

SILVA, P. D. A.; CARVALHO, F. M.; DIAS, L. N. S.; MARQUES, J. A. V. C. *Impairment de ativos de longa duração: comparação entre SFAS 144 e o IAS 36*. Congresso EAC. USP. 2006. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos62006/594.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

SOUZA, M. M.; BORBA, J. A.; DUTRA, M. H. Uma verificação das informações sobre o impairment test nas demonstrações financeiras padronizadas (CVM) e no relatório 20-F (SEC) das empresas brasileiras que negociam na bolsa de valores dos Estados Unidos. Congresso UFSC de Contabilidade e Finanças. v.2, 2008. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/2CCF/20080716213851.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Coleta de Dados empresa Renar maçãs S/A 2011

QUESITO	DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)	SIM	NÃO
1	A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido?	1	
2	Foi demonstrada a linha da DRE em que a perda por desvalorização foi incluída?		0
3	Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização?		0
4	Divulgou-se o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes?		0
5	Demonstrou-se o montante das perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
6	Foi divulgado pela entidade os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização?		0
7	Divulgou-se a linha da DRE onde as reversões foram incluídas?		0
8	A entidade demonstrou montante das reversões de perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
9	A empresa divulgou os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou a reversão da perda por desvalorização?		0
10	A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida?		0
11	Em se tratando de um ativo individual, foi divulgada pela empresa qual a natureza do ativo?		0
12	Em se tratando de unidade geradora de caixa, foi divulgada a descrição da unidade de caixa?		0
13	A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso?		0
14	Em se tratando do valor recuperável ser o valor justo líquido, foi demonstrado pela empresa a hierarquia do ativo e a descrição técnica de avaliação usada em sua mensuração?	1	0
15	A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo?		0
16	A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso?		0
TOTAL		2	

APÊNDICE B - Coleta de Dados empresa Renar maçãs S/A 2012

QUESITO	DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)	SIM	NÃO
1	A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido?	1	
2	Foi demonstrada a linha da DRE em que a perda por desvalorização foi incluída?		0
3	Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização?		0
4	Divulgou-se o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes?		0
5	Demonstrou-se o montante das perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
6	Foi divulgado pela entidade os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização?		0
7	Divulgou-se a linha da DRE onde as reversões foram incluídas?		0
8	A entidade demonstrou montante das reversões de perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
9	A empresa divulgou os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou a reversão da perda por desvalorização?		0
10	A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida?		0
11	Em se tratando de um ativo individual, foi divulgada pela empresa qual a natureza do ativo?		0
12	Em se tratando de unidade geradora de caixa, foi divulgada a descrição da unidade de caixa?		0
13	A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso?		0
14	Em se tratando do valor recuperável ser o valor justo líquido, foi demonstrado pela empresa a hierarquia do ativo e a descrição técnica de avaliação usada em sua mensuração?		0
15	A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo?		0
16	A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso?		0
TOTAL		1	0

APÊNDICE C - Coleta de Dados empresa Renar maçãs S/A 2013

QUESITO	DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)	SIM	NÃO
1	A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido?	1	
2	Foi demonstrada a linha da DRE em que a perda por desvalorização foi incluída?		0
3	Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização?		0
4	Divulgou-se o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes?		0
5	Demonstrou-se o montante das perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
6	Foi divulgado pela entidade os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização?		0
7	Divulgou-se a linha da DRE onde as reversões foram incluídas?		0
8	A entidade demonstrou montante das reversões de perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
9	A empresa divulgou os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou a reversão da perda por desvalorização?		0
10	A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida?		0
11	Em se tratando de um ativo individual, foi divulgada pela empresa qual a natureza do ativo?		0
12	Em se tratando de unidade geradora de caixa, foi divulgada a descrição da unidade de caixa?		0
13	A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso?		0
14	Em se tratando do valor recuperável ser o valor justo líquido, foi demonstrado pela empresa à hierarquia do ativo e a descrição técnica de avaliação usada em sua mensuração?		0
15	A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo?		0
16	A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso?		0
TOTAL		1	0

APÊNDICE D - Coleta de Dados empresa Renar maçãs S/A 2014

QUESITO	DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)	SIM	NÃO
1	A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido?	1	
2	Foi demonstrada a linha da DRE em que a perda por desvalorização foi incluída?		0
3	Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização?		0
4	Divulgou-se o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes?		0
5	Demonstrou-se o montante das perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
6	Foi divulgado pela entidade os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização?		0
7	Divulgou-se a linha da DRE onde as reversões foram incluídas?		0
8	A entidade demonstrou montante das reversões de perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
9	A empresa divulgou os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou a reversão da perda por desvalorização?		0
10	A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida?		0
11	Em se tratando de um ativo individual, foi divulgada pela empresa qual a natureza do ativo?		0
12	Em se tratando de unidade geradora de caixa, foi divulgada a descrição da unidade de caixa?		0
13	A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso?		0
14	Em se tratando do valor recuperável ser o valor justo líquido, foi demonstrado pela empresa à hierarquia do ativo e a descrição técnica de avaliação usada em sua mensuração?		0
15	A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo?		0
16	A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso?		0
TOTAL		1	0

APÊNDICE E - Coleta de Dados empresa Renar maçãs S/A 2015

QUESITO	DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)	SIM	NÃO
1	A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido?	1	
2	Foi demonstrada a linha da DRE em que a perda por desvalorização foi incluída?		0
3	Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização?		0
4	Divulgou-se o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes?		0
5	Demonstrou-se o montante das perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
6	Foi divulgado pela entidade os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização?		0
7	Divulgou-se a linha da DRE onde as reversões foram incluídas?		0
8	A entidade demonstrou montante das reversões de perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
9	A empresa divulgou os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou a reversão da perda por desvalorização?		0
10	A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida?		0
11	Em se tratando de um ativo individual, foi divulgada pela empresa qual a natureza do ativo?		0
12	Em se tratando de unidade geradora de caixa, foi divulgada a descrição da unidade de caixa?		0
13	A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso?		0
14	Em se tratando do valor recuperável ser o valor justo líquido, foi demonstrado pela empresa a hierarquia do ativo e a descrição técnica de avaliação usada em sua mensuração?		0
15	A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo?		0
16	A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso?		0
TOTAL		1	0

APÊNDICE F - Coleta de Dados empresa SLC Agrícola S/A 2011

QUESITO	DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)	SIM	NÃO
1	A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido?	1	
2	Foi demonstrada a linha da DRE em que a perda por desvalorização foi incluída?		0
3	Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização?		0
4	Divulgou-se o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes?		0
5	Demonstrou-se o montante das perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
6	Foi divulgado pela entidade os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização?		0
7	Divulgou-se a linha da DRE onde as reversões foram incluídas?		0
8	A entidade demonstrou montante das reversões de perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
9	A empresa divulgou os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou a reversão da perda por desvalorização?		0
10	A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida?		0
11	Em se tratando de um ativo individual, foi divulgada pela empresa qual a natureza do ativo?		0
12	Em se tratando de unidade geradora de caixa, foi divulgada a descrição da unidade de caixa?		0
13	A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso?	1	
14	Em se tratando do valor recuperável ser o valor justo líquido, foi demonstrado pela empresa a hierarquia do ativo e a descrição técnica de avaliação usada em sua mensuração?		0
15	A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo?		0
16	A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso?	1	
TOTAL		3	

APÊNDICE G - Coleta de Dados empresa SLC Agrícola S/A 2012

QUESITO	DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)	SIM	NÃO
1	A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido?	1	
2	Foi demonstrada a linha da DRE em que a perda por desvalorização foi incluída?		0
3	Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização?		0
4	Divulgou-se o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes?		0
5	Demonstrou-se o montante das perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
6	Foi divulgado pela entidade os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização?		0
7	Divulgou-se a linha da DRE onde as reversões foram incluídas?		0
8	A entidade demonstrou montante das reversões de perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
9	A empresa divulgou os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou a reversão da perda por desvalorização?		0
10	A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida?		0
11	Em se tratando de um ativo individual, foi divulgada pela empresa qual a natureza do ativo?		0
12	Em se tratando de unidade geradora de caixa, foi divulgada a descrição da unidade de caixa?		0
13	A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso?	1	
14	Em se tratando do valor recuperável ser o valor justo líquido, foi demonstrado pela empresa à hierarquia do ativo e a descrição técnica de avaliação usada em sua mensuração?		0
15	A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo?		0
16	A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso?	1	
TOTAL		3	

APÊNDICE H - Coleta de Dados empresa SLC Agrícola S/A 2013

QUESITO	DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)	SIM	NÃO
1	A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido?	1	
2	Foi demonstrada a linha da DRE em que a perda por desvalorização foi incluída?		0
3	Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização?		0
4	Divulgou-se o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes?		0
5	Demonstrou-se o montante das perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
6	Foi divulgado pela entidade os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização?		0
7	Divulgou-se a linha da DRE onde as reversões foram incluídas?		0
8	A entidade demonstrou montante das reversões de perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
9	A empresa divulgou os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou a reversão da perda por desvalorização?		0
10	A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida?		0
11	Em se tratando de um ativo individual, foi divulgada pela empresa qual a natureza do ativo?		0
12	Em se tratando de unidade geradora de caixa, foi divulgada a descrição da unidade de caixa?		0
13	A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso?	1	
14	Em se tratando do valor recuperável ser o valor justo líquido, foi demonstrado pela empresa à hierarquia do ativo e a descrição técnica de avaliação usada em sua mensuração?		0
15	A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo?		0
16	A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso?	1	
TOTAL		3	

APÊNDICE I - Coleta de Dados empresa SLC Agrícola S/A 2014

QUESITO	DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)	SIM	NÃO
1	A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido?	1	
2	Foi demonstrada a linha da DRE em que a perda por desvalorização foi incluída?		0
3	Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização?		0
4	Divulgou-se o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes?		0
5	Demonstrou-se o montante das perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
6	Foi divulgado pela entidade os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização?		0
7	Divulgou-se a linha da DRE onde as reversões foram incluídas?		0
8	A entidade demonstrou montante das reversões de perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
9	A empresa divulgou os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou a reversão da perda por desvalorização?		0
10	A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida?		0
11	Em se tratando de um ativo individual, foi divulgada pela empresa qual a natureza do ativo?		0
12	Em se tratando de unidade geradora de caixa, foi divulgada a descrição da unidade de caixa?		0
13	A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso?	1	
14	Em se tratando do valor recuperável ser o valor justo líquido, foi demonstrado pela empresa a hierarquia do ativo e a descrição técnica de avaliação usada em sua mensuração?		0
15	A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo?		0
16	A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso?	1	
TOTAL		3	

APÊNDICE J - Coleta de Dados empresa SLC Agrícola S/A 2015

QUESITO	DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)	SIM	NÃO
1	A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido?	1	
2	Foi demonstrada a linha da DRE em que a perda por desvalorização foi incluída?		0
3	Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização?		0
4	Divulgou-se o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes?		0
5	Demonstrou-se o montante das perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
6	Foi divulgado pela entidade os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização?		0
7	Divulgou-se a linha da DRE onde as reversões foram incluídas?		0
8	A entidade demonstrou montante das reversões de perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
9	A empresa divulgou os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou a reversão da perda por desvalorização?		0
10	A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida?		0
11	Em se tratando de um ativo individual, foi divulgada pela empresa qual a natureza do ativo?		0
12	Em se tratando de unidade geradora de caixa, foi divulgada a descrição da unidade de caixa?		0
13	A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso?	1	
14	Em se tratando do valor recuperável ser o valor justo líquido, foi demonstrado pela empresa à hierarquia do ativo e a descrição técnica de avaliação usada em sua mensuração?		0
15	A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo?		0
16	A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso?	1	
TOTAL		3	

APÊNDICE K - Coleta de Dados empresa Vanguarda Agro S/A 2011

QUESITO	DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)	SIM	NÃO
1	A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido?	1	
2	Foi demonstrada a linha da DRE em que a perda por desvalorização foi incluída?		0
3	Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização?	1	
4	Divulgou-se o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes?		0
5	Demonstrou-se o montante das perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
6	Foi divulgado pela entidade os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização?		0
7	Divulgou-se a linha da DRE onde as reversões foram incluídas?		0
8	A entidade demonstrou montante das reversões de perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
9	A empresa divulgou os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou a reversão da perda por desvalorização?		0
10	A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida?	1	
11	Em se tratando de um ativo individual, foi divulgada pela empresa qual a natureza do ativo?		0
12	Em se tratando de unidade geradora de caixa, foi divulgada a descrição da unidade de caixa?		0
13	A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso?	1	
14	Em se tratando do valor recuperável ser o valor justo líquido, foi demonstrado pela empresa a hierarquia do ativo e a descrição técnica de avaliação usada em sua mensuração?		0
15	A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo?	1	
16	A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso?		0
TOTAL		5	

APÊNDICE L - Coleta de Dados empresa Vanguarda Agro S/A 2012

QUESITO	DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)	SIM	NÃO
1	A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido?	1	
2	Foi demonstrada a linha da DRE em que a perda por desvalorização foi incluída?		0
3	Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização?		0
4	Divulgou-se o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes?		0
5	Demonstrou-se o montante das perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
6	Foi divulgado pela entidade os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização?		0
7	Divulgou-se a linha da DRE onde as reversões foram incluídas?		0
8	A entidade demonstrou montante das reversões de perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
9	A empresa divulgou os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou a reversão da perda por desvalorização?		0
10	A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida?		0
11	Em se tratando de um ativo individual, foi divulgada pela empresa qual a natureza do ativo?		0
12	Em se tratando de unidade geradora de caixa, foi divulgada a descrição da unidade de caixa?		0
13	A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso?	1	
14	Em se tratando do valor recuperável ser o valor justo líquido, foi demonstrado pela empresa à hierarquia do ativo e a descrição técnica de avaliação usada em sua mensuração?		0
15	A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo?	1	
16	A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso?		0
TOTAL		3	

APÊNDICE M - Coleta de Dados empresa Vanguarda Agro S/A 2013

QUESITO	DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)	SIM	NÃO
1	A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido?	1	
2	Foi demonstrada a linha da DRE em que a perda por desvalorização foi incluída?		0
3	Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização?		0
4	Divulgou-se o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes?		0
5	Demonstrou-se o montante das perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
6	Foi divulgado pela entidade os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização?		0
7	Divulgou-se a linha da DRE onde as reversões foram incluídas?		0
8	A entidade demonstrou montante das reversões de perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
9	A empresa divulgou os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou a reversão da perda por desvalorização?		0
10	A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida?	1	
11	Em se tratando de um ativo individual, foi divulgada pela empresa qual a natureza do ativo?		0
12	Em se tratando de unidade geradora de caixa, foi divulgada a descrição da unidade de caixa?		0
13	A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso?	1	
14	Em se tratando do valor recuperável ser o valor justo líquido, foi demonstrado pela empresa a hierarquia do ativo e a descrição técnica de avaliação usada em sua mensuração?		0
15	A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo?	1	
16	A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso?		0
TOTAL		4	

APÊNDICE N - Coleta de Dados empresa Vanguarda Agro S/A 2014

QUESITO	DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)	SIM	NÃO
1	A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido?	1	
2	Foi demonstrada a linha da DRE em que a perda por desvalorização foi incluída?		0
3	Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização?		0
4	Divulgou-se o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes?		0
5	Demonstrou-se o montante das perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
6	Foi divulgado pela entidade os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização?		0
7	Divulgou-se a linha da DRE onde as reversões foram incluídas?		0
8	A entidade demonstrou montante das reversões de perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
9	A empresa divulgou os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou a reversão da perda por desvalorização?		0
10	A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida?	1	
11	Em se tratando de um ativo individual, foi divulgada pela empresa qual a natureza do ativo?		0
12	Em se tratando de unidade geradora de caixa, foi divulgada a descrição da unidade de caixa?		0
13	A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso?	1	
14	Em se tratando do valor recuperável ser o valor justo líquido, foi demonstrado pela empresa a hierarquia do ativo e a descrição técnica de avaliação usada em sua mensuração?		0
15	A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo?	1	
16	A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso?		
TOTAL		4	

APÊNDICE O - Coleta de Dados empresa Vanguarda Agro S/A 2014

QUESITO	DIVULGAÇÃO CONFORME CPC 01 (R1)	SIM	NÃO
1	A entidade demonstrou o montante da perda por desvalorização que foi reconhecido?	1	
2	Foi demonstrada a linha da DRE em que a perda por desvalorização foi incluída?		0
3	Houve divulgação pela empresa do montante das reversões de perdas por desvalorização?		0
4	Divulgou-se o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes?		0
5	Demonstrou-se o montante das perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
6	Foi divulgado pela entidade os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou à reversão da perda por desvalorização?		0
7	Divulgou-se a linha da DRE onde as reversões foram incluídas?		0
8	A entidade demonstrou montante das reversões de perdas por desvalorização de ativos reavaliados?		0
9	A empresa divulgou os eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou a reversão da perda por desvalorização?		0
10	A empresa apresentou o montante das perdas por desvalorização reconhecida ou revertida?	1	
11	Em se tratando de um ativo individual, foi divulgada pela empresa qual a natureza do ativo?		0
12	Em se tratando de unidade geradora de caixa, foi divulgada a descrição da unidade de caixa?		0
13	A empresa apresentou se o valor recuperável do ativo é o valor justo líquido ou valor em uso?	1	
14	Em se tratando do valor recuperável ser o valor justo líquido, foi demonstrado pela empresa à hierarquia do ativo e a descrição técnica de avaliação usada em sua mensuração?		0
15	A empresa apresentou pressupostos chaves para a mensuração do valor justo?		0
16	A empresa fez divulgação da taxa de desconto utilizada na estimativa do valor recuperável se este for o valor em uso?	1	
TOTAL		4	